

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Belém, no Estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição, geração de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, com 1.247.955 km², atendendo 2.558.046 consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a CELPA e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.1 Contrato de comercialização de energia elétrica e potência nos sistemas isolados

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de comercialização de energia elétrica e potência nos sistemas isolados - CCESI nº 01/2016 referente a 23 usinas Termelétricas - UTE, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passam a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que a partir de fevereiro/2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, serão de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses.

O processo acima tornará o consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente Energia), cabendo a CELPA a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 427/2011.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 1 Usina Termelétrica, com capacidade instalada acima de 5 MW (Monte Dourado).	<u>5,25</u>	<u>4,5</u>	<u>10/07/2015</u>	<u>31/12/2020</u>

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2017 foi autorizada pela Administração em 06 de novembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de setembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.2** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 10** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 11** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 16** - o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 17**- reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 26.3** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais, ou no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 26.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Investimentos de curto prazo mensurados pelo valor justo;

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e

O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

3.5 Retificação de valores correspondentes

As informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, estão sendo retificadas para refletir nos valores correspondentes do período de 30 de setembro de 2017, a mudança da prática contábil referente a atualização do ativo financeiro da concessão. A Companhia, ao rever suas práticas contábeis, concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

A Companhia está efetuando as seguintes reclassificações referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016, de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R3).

(i) ***Demonstrações do resultado***

30 de setembro de 2016 (período de 9 meses)		Anteriormente publicado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	3.128.991	46.191	3.175.182
Custo da energia elétrica, construção e operação		(2.425.800)	-	(2.425.800)
Lucro bruto		703.191	46.191	749.382
Total de despesas operacionais		(367.484)	-	(367.484)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		335.707	46.191	381.898
Receitas financeiras	(a)	424.564	(73.434)	351.130
Despesas financeiras	(a)	(477.344)	27.243	(450.101)
Resultado financeiro líquido		(52.780)	(46.191)	(98.971)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		282.927	-	282.927
Impostos sobre o lucro		(49.826)	-	(49.826)
Lucro líquido do exercício		233.101	-	233.101
30 de setembro de 2016 (período de 3 meses)		Anteriormente publicado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	1.158.311	(30.243)	1.128.068
Custo da energia elétrica, construção e operação		(847.127)	-	(847.127)
Lucro bruto		311.184	(30.243)	280.941
Total de despesas operacionais		(136.526)	-	(136.526)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		174.658	(30.243)	144.415
Receitas financeiras	(a)	22.589	34.185	56.774
Despesas financeiras	(a)	(93.042)	(3.942)	(96.984)
Resultado financeiro líquido		(70.453)	30.243	(40.210)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		104.205	-	104.205
Impostos sobre o lucro		(10.429)	-	(10.429)
Lucro líquido do exercício		93.776	-	93.776

- (a) Reclassificação do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de resultado financeiro, para o grupo de receita operacional.

(ii) **Demonstrações do valor adicionado**

30 de setembro de 2016		Anteriormente publicado	Reclassificações	30/09/2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	(a)	4.632.081	46.191	4.678.272
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber		(93.732)	-	(93.732)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.395)	-	(1.395)
Outras despesas / receitas não recorrentes		(24.367)	-	(24.367)
		4.512.587	46.191	4.558.778
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(2.407.515)	-	(2.407.515)
Valor adicionado bruto		2.105.072	46.191	2.151.263
Amortização		(148.510)	-	(148.510)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		1.956.562	46.191	2.002.753
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		196.479	-	196.479
Atualização ativo financeiro	(a)	45.793	(45.793)	-
		242.272	(45.793)	196.479
Valor adicionado total a distribuir		2.198.834	398	2.199.232
Distribuição do valor adicionado				
Empregados		97.346	-	97.346
Tributos		1.552.916	-	1.552.916
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros		(19.402)	-	(19.402)
Aluguéis		20.420	-	20.420
Outros	(a)	314.453	398	314.851
		315.471	398	315.869
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do período		233.101	-	233.101
		233.101	-	233.101
Valor adicionado		2.198.834	398	2.199.232

- (a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de valor adicionado recebido em transferência, para o grupo de receita.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2017.

5 Investimentos de curto prazo

	30/09/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos (a)	665.555	980.485
Outros	3.719	3.241
Total	<u>669.274</u>	<u>983.726</u>

- (a) A variação no saldo foi influenciada principalmente com atividades de investimentos no montante aproximado de R\$ 300.000.

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 102,11% (94,37% em 31 de dezembro de 2016) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	977.824	1.131.034
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	163.481	152.909
Parcelamentos (b)	932.135	694.985
Baixa renda e viva luz	31.305	26.568
Outras	42.553	39.159
Total	<u>2.147.298</u>	<u>2.044.655</u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(287.345)</u>	<u>(263.115)</u>
Total contas a receber clientes	<u>1.859.953</u>	<u>1.781.540</u>
Total circulante	1.476.577	1.510.833
Total não circulante	383.376	270.707

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes, no entanto a parcela deve ficar em um patamar de até 30% da fatura do cliente. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O crescimento de parcelamentos deve-se principalmente às novas ações de combate à inadimplência que foram implementadas a partir de dezembro de 2016 principalmente nos clientes que já possuíam parte da dívida provisionadas em Perdas. Parte destas dívidas foram negociadas com os clientes a medida que eles já não possuíam capacidade de pagar o débito total.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2016	Provisões adições	Reversões (baixas)	30/09/2017
Contas a receber de consumidores faturados (a)	200.943	113.846	(145.928)	168.861
Parcelamentos	57.816	69.863	(13.842)	113.837
Outras	4.356	2.100	(1.809)	4.647
Total	263.115	185.809	(161.579)	287.345

- (a) A Companhia reavaliou os títulos de consumidores por vencimento, para o período findo em 30 de setembro de 2017, e verificou-se que um total de R\$ 153.364 (R\$ 399.964 em 31 de dezembro de 2016) encontrava-se vencido há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do período, visto que os títulos baixados encontravam-se provisionados.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (critérios mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016).

a. Contas a receber de consumidores faturados

30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	183.009	215.719	81.152	479.880
Industrial	57.971	13.508	37.610	109.089
Comercial	116.880	49.722	36.992	203.594
Rural	10.129	13.768	22.364	46.261
Poder público	48.685	27.465	18.047	94.197
Iluminação pública	7.887	5.322	12.536	25.745
Serviço público	4.553	6.771	7.734	19.058
Total fornecimento faturado	429.114	332.275	216.435	977.824

31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	238.409	262.049	93.975	594.433
Industrial	69.084	19.039	45.016	133.139
Comercial	136.743	59.264	29.146	225.153
Rural	13.062	13.698	17.110	43.870
Poder público	69.554	5.687	2.782	78.023
Iluminação pública	42.304	3	84	42.391
Serviço público	13.469	437	119	14.025
Total fornecimento faturado	582.625	360.177	188.232	1.131.034

b. Parcelamentos

30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	521.497	44.239	88.941	654.677
Industrial	31.697	3.245	10.431	45.373
Comercial	80.767	8.976	16.248	105.991
Rural	22.071	2.170	5.302	29.543
Poder público	55.948	2.165	5.669	63.782
Iluminação pública	17.728	1.258	341	19.327
Serviço público	11.902	958	582	13.442
Total do parcelamento	<u>741.610</u>	<u>63.011</u>	<u>127.514</u>	<u>932.135</u>

31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	394.310	34.717	36.155	465.182
Industrial	39.025	4.131	10.506	53.662
Comercial	64.878	6.329	6.686	77.893
Rural	15.577	1.742	3.509	20.828
Poder público	54.041	3.082	1.678	58.801
Iluminação pública	8.674	259	218	9.151
Serviço público	7.725	1.654	89	9.468
Total do parcelamento	<u>584.230</u>	<u>51.914</u>	<u>58.841</u>	<u>694.985</u>

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações desses custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais
em 30 de setembro de 2017

		31/12/2016	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	30/09/2017
Parcela A							
CDE - conta de desenvolvimento energético		(10.115)	(21.244)	(1.989)	(398)	5.955	(27.791)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica		7.316	(286)	(704)	258	(5.767)	817
Rede básica		2.825	29.591	4.399	33	(347)	36.501
Compra de energia - CVA	(a)	155.430	58.832	26.666	9.139	(57.586)	192.481
ESS - encargos do serviço do sistema	(b)	(98.998)	(135.928)	(5.810)	(8.833)	58.691	(190.878)
		<u>56.458</u>	<u>(69.035)</u>	<u>22.562</u>	<u>199</u>	<u>946</u>	<u>11.130</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	(c)	(7.246)	82.831	(6.815)	2.858	6.483	78.111
Exposição financeira	(d)	(40.864)	33.273	(16.099)	2	23.688	-
Eletronuclear		142	-	(32)	-	(110)	-
Neutralidade		(46.983)	34.213	14.758	112	18.585	20.685
CEMAT violação do limite de continuidade		-	-	(61)	-	424	363
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente		(77.488)	(27.861)	-	(7.026)	-	(112.375)
Ativo regulatório ANGRA III	(e)	-	31.894	5.208	1.129	(5.628)	32.603
Outros		155	2.443	(1.689)	(124)	(424)	361
		<u>(172.284)</u>	<u>156.793</u>	<u>(4.730)</u>	<u>(3.049)</u>	<u>43.018</u>	<u>19.748</u>
Total		(115.826)	87.758	17.832	(2.850)	43.964	30.878
 Total circulante		 (63.774)					 40.463
Total não circulante		(52.052)					(9.585)

- (a) A variação observada representa um aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017 acrescido de maiores despesas com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, o acionamento de térmicas com PLD elevado se faz necessário;
- (b) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. No reajuste anual da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior às despesas efetivamente pagas pela empresa, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na devolução via passivo regulatório. Com isso, no período findo em 30 de setembro de 2017, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resulta em uma constituição passiva de R\$ 135.928, oriundo do cenário de redução da quantidade de despacho térmico, acrescenta-se ainda o recebimento de receitas da Conta de Energia de Reserva - CONER.;
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2016 o PLD teve média de R\$ 82,94 a cada MWh, sendo inferior ao mesmo período em 2017, que teve um preço médio de R\$ 206,24 para cada MWh, e com isso constituindo um componente ativo do ano de 2017, portanto, a sobrecontratação será constituída entre a diferença do PLD e o preço médio de compra da distribuidora, associado a montante negociado ao mercado de curto prazo;
- (d) Após o reajuste de 2017, a ANEEL alterou a forma de contabilizar a exposição financeira colocando-a dentro da compra de energia; e
- (e) Refere-se ao recálculo das tarifas dos agentes de distribuição de maneira a excluir do Encargo de Energia de Reserva (EER) a parcela correspondente à contratação da usina nuclear de Angra III no ano de 2016. Em dezembro de 2015, por meio do Despacho n. 4.043, a ANEEL determinou o não recolhimento do encargo para os anos de 2016 e 2017, devido às obras da usina não terem sido concluídas.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº

2.284, de 31 de agosto de 2017, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2017 com vigência até 6 de agosto de 2018.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação ficam, em média, reajustadas em 7,19%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

8 Outros créditos a receber

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	2.834	548
Adiantamento a fornecedores (a)	6.090	932
Alienação de bens e direitos	1.664	839
Crédito ressarcimento de energia	3.508	2.665
Créditos em conta de energia elétrica	571	711
Despesas pagas antecipadamente	3	3
Arrecadação de convênios (b) ¹	25.896	13.995
Neutralidade PIS/COFINS (c)	14.886	-
Subvenção descontos tarifários (d) ¹	62.278	14.753
Outros créditos a receber (e)	35.492	24.741
	<hr/>	<hr/>
Total	153.222	59.187
	<hr/>	<hr/>
Não circulante		
Valores a liberar (f)	14.862	16.140
Caução em garantia (g)	49.709	49.920
Outros créditos a receber	4.367	7
	<hr/>	<hr/>
Total	68.938	66.067
	<hr/>	<hr/>

- (a) Pagamento antecipado das cotas de custeio do PROINFA;
- (b) Referem-se, principalmente, às taxas administrativas de faturamento da contribuição de iluminação pública;
- (c) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente;
- (d) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017;
- (e) O montante é composto pelas seguintes operações: i) R\$ 18.505 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 9.679 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; e iii) R\$ 7.308 outros valores diversos a receber;
- (f) Refere-se ao saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 14.862, bloqueado em decorrência, dos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (g) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a

¹ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia em 31 de dezembro de 2016 discriminou em rubricas específicas "clientes" e "subvenção descontos tarifários" antes classificados como "outros créditos a receber".

STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024, cujo saldo em 30 de setembro 2017 é R\$ 49.709 (R\$ 49.920 em 31 de dezembro de 2016).

9 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 14.000, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2017.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2017:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	41%
Benefícios:	2%
Remuneração variável:	57%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	6	8	14
Remuneração Fixa Anual	189	2.331	2.520
Salário ou Pró-labore	189	2.121	2.310
Benefícios diretos e indiretos	-	210	210
Remuneração variável	-	3.181	3.181
Bônus	-	3.181	3.181
Benefícios pós emprego	-	112	112
Valor total da remuneração por órgão	189	5.624	5.813

10 Ativo financeiro de concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2016	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2017
Ativo financeiro	2.247.844	36.657	184.304	(3.087)	2.465.718
Obrigações especiais	(693.741)	(9.753)	(21.808)	-	(725.302)
Total	<u>1.554.103</u>	<u>26.904</u>	<u>162.496</u>	<u>(3.087)</u>	<u>1.740.416</u>

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

30/09/2017				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão
Em serviço	4,40%	5.304.484	(2.378.777)	(989.259)
Em curso		<u>1.043.464</u>	<u>-</u>	<u>(280.373)</u>
Total		<u>6.347.948</u>	<u>(2.378.777)</u>	<u>(1.269.632)</u>
31/12/2016				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão
Em serviço	4,17%	5.104.307	(2.158.963)	(1.030.181)
Em curso		<u>843.908</u>	<u>-</u>	<u>(308.138)</u>
Total		<u>5.948.215</u>	<u>(2.158.963)</u>	<u>(1.338.319)</u>

Movimentação do ativo intangível:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2017
Em serviço	5.104.307	-	(9.347)	209.524	5.304.484
(-) Amortização	<u>(2.158.963)</u>	<u>(226.013)</u>	<u>6.199</u>	<u>-</u>	<u>(2.378.777)</u>
Total em serviço	<u>2.945.344</u>	<u>(226.013)</u>	<u>(3.148)</u>	<u>209.524</u>	<u>2.925.707</u>
Em curso	<u>843.908</u>	<u>593.384</u>	<u>-</u>	<u>(393.828)</u>	<u>1.043.464</u>
Total em curso	<u>843.908</u>	<u>593.384</u>	<u>-</u>	<u>(393.828)</u>	<u>1.043.464</u>
Obrigações especiais	(1.798.718)	(26.410)	5.973	21.808	(1.797.347)
(-) Amortização	<u>460.399</u>	<u>67.316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>527.715</u>
Total em obrigações especiais	<u>(1.338.319)</u>	<u>40.906</u>	<u>5.973</u>	<u>21.808</u>	<u>(1.269.632)</u>
Total	<u>2.450.933</u>	<u>408.277</u>	<u>2.825</u>	<u>(162.496)</u>	<u>2.699.539</u>

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/09/2017	31/12/2016
Obras em andamento	867.128	700.405
Materiais em depósitos	133.488	98.449
Adiantamento a fornecedores	<u>42.848</u>	<u>45.054</u>
Total	<u>1.043.464</u>	<u>843.908</u>

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

12 Fornecedores

	30/09/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica (a)	451.994	245.863
Encargos de uso da rede elétrica	12.608	8.330
Materiais e serviços (b)	<u>178.037</u>	<u>365.044</u>
Total	<u>642.639</u>	<u>619.237</u>

- (a) No período até 30 de setembro de 2017 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) aumento no PLD médio utilizado para liquidação de energia do mercado spot no valor de R\$ 206,24, cujo valor médio para o exercício de 2016 ficou em R\$ 65,01 por MWh; ii) aumento da despesa da exposição financeira influenciada pela variação de 251% do preço médio dos submercados; e iii) aumento da despesa de risco hidrológico relacionada a geração física das usinas cotistas, que ficou em 80% a sua capacidade de geração, sendo que por contrato devem entregar 95% da sua geração; e
- (b) A principal variação ocorreu pela liquidação de compra de combustível fornecedor Petrobras que tem seu repasse atrelado ao recebimento do reembolso CCC, além dos pagamentos a diversos fornecedores com programação de desembolso em 2016, sendo realizado somente em 2017.

13 Empréstimos e financiamentos

		30/09/2017		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,68%	1.245	57.980	59.225
CCBI Citibank	4,15%	3.561	557.744	561.305
Total moeda estrangeira		4.806	615.724	620.530
Moeda nacional				
Eletrobras	6,90%	8.318	37.770	46.088
Guanabara	13,03%	2.034	169	2.203
IBM	12,98%	13.486	3.823	17.309
BNDES	11,70%	119.272	667.799	787.071
Caixa	6,00%	3.926	33.491	37.417
Subtotal		147.036	743.052	890.088
(-) Custo de captação		(452)	(2.468)	(2.920)
Total moeda nacional		146.584	740.584	887.168
Total		151.390	1.356.308	1.507.698

		31/12/2016		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	2,30%	563	59.554	60.117
CCBI Itaú	1,99%	114.169	-	114.169
CCBI Citibank	3,76%	165.496	203.647	369.143
Total moeda estrangeira		280.228	263.201	543.429
Moeda nacional				
Eletrobrás	6,90%	8.292	43.811	52.103
Guanabara	14,00%	2.045	1.690	3.735
IBM	15,20%	20.972	16.034	37.006
BNDES	6,61%	71.184	662.369	733.553
Caixa	6,00%	1.578	35.201	36.779
Subtotal		104.071	759.105	863.176
(-) Custo de captação		(452)	(2.806)	(3.258)
Total moeda nacional		103.619	756.299	859.918
Total		383.847	1.019.500	1.403.347

Em 30 de setembro de 2017 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,63% a.a., equivalente a 72,55% do CDI (de 9,0% a.a., equivalente a 64,27% do CDI, em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/09/2017		31/12/2016	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	151.390	10%	383.847	27%
2018	38.313	3%	312.265	22%
2019	162.007	11%	183.859	13%
2020	494.976	33%	141.836	10%
2021	358.290	24%	117.265	8%
Após 2021	305.190	20%	267.081	19%
Subtotal	1.358.776	90%	1.022.306	73%
Custo de captação (Não circulante)	(2.468)	0%	(2.806)	0%
Não circulante	1.356.308	90%	1.019.500	73%
Total	1.507.698	100%	1.403.347	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.620	756.299	280.227	263.201	1.403.347
Ingressos	-	80.444	-	542.500	622.944
Encargos	36.376	1.137	14.426	-	51.939
Varição monetária e cambial	9.538	18.687	(12.427)	2.016	17.814
Transferências	116.321	(116.321)	191.993	(191.993)	-
Amortizações de principal	(80.350)	-	(455.709)	-	(536.059)
Pagamentos de juros	(38.921)	-	(13.704)	-	(52.625)
Custo de captação	(338)	338	-	-	-
Transferências de transação	338	-	-	-	338
Saldos em 30 de setembro 2017	146.584	740.584	4.806	615.724	1.507.698

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

14 Debêntures

A movimentação das debêntures no período está assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.758	956.469	960.227
Ingressos	-	23.000	23.000
Encargos	71.830	-	71.830
Pagamento de juros	(38.618)	-	(38.618)
Variação monetária	-	8.754	8.754
Custo de captação	15	893	908
	<u>36.985</u>	<u>989.116</u>	<u>1.026.101</u>
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>36.985</u>	<u>989.116</u>	<u>1.026.101</u>

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	<u>36.985</u>	<u>4%</u>	<u>3.758</u>	<u>0%</u>
2019	551.670	54%	550.915	57%
2020	51.670	5%	50.482	5%
2021	202.946	20%	199.150	21%
Após 2021	<u>187.132</u>	<u>18%</u>	<u>161.118</u>	<u>17%</u>
Não circulante	<u>993.418</u>	<u>97%</u>	<u>961.665</u>	<u>100%</u>
Custo de captação - Não circulante	(4.302)	0%	(5.196)	0%
Total não circulante	<u>989.116</u>	<u>96%</u>	<u>956.469</u>	<u>100%</u>
Total	<u>1.026.101</u>	<u>100%</u>	<u>960.227</u>	<u>100%</u>

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020.

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em até duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022.

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão aberta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021 e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série.

Quarta emissão de debêntures

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme quadro abaixo:

Covenants debêntures	1ª Debentures	2ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,6	2,6
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: >=2	3,8	3,8
Covenants debêntures	3ª Debentures	4ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,5	2,5
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: >=1,5	3,8	3,8

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS	271.621	219.743
ICMS parcelamento (a)	2.854	2.646
Parcelamento Federal PRT	539	-
PIS e COFINS	29.588	28.620
Encargos sociais e outros	7.327	6.488
ISS	6.464	6.659
Total	318.393	264.156
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	36.622	35.946
Total	36.622	35.946

- (a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 31 de julho de 2031. A sua redução deve-se a adesão ao REFIS estadual através da instrução estadual nº. 10 de 2016 em 180 parcelas.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

16.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	30/09/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(68.020)	(25.039)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(69.856)	(76.957)
Total	<u>(137.876)</u>	<u>(101.996)</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de setembro de 2017, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 184.904 (R\$ 196.613 em 31 de dezembro de 2016), não possuem prazo de prescrição.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para contingências	47.244	52.104
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	97.698	89.459
Provisão para participação nos lucros	9.163	10.869
Depreciação acelerada	(85.944)	(58.471)
Provisão fundo de pensão	13.060	13.060
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(179.673)	(181.322)
SWAP	1.531	30.634
Outras despesas não dedutíveis	28.901	18.628
Total	<u>(68.020)</u>	<u>(25.039)</u>

16.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de setembro de 2017 e de 2016, está demonstrada a seguir:

	30/09/2017		30/06/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	289.136	289.136	282.927	282.927
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	72.284	26.022	70.732	25.463
Adições:				
Provisão para contingências	34.738	12.506	39.651	14.274
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	133.554	48.080	15.525	5.589
Ajuste a valor presente	7.938	2.858	6.645	2.392
Variação de SWAP	6.525	2.349	74.635	26.868
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.221	1.880	6.017	2.166
Provisão para fundo de pensão	9.603	3.457	8.099	2.916
Provisão para participação nos lucros	6.737	2.425	6.716	2.418
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	2.438	878	6.810	2.452
Outras provisões	13.556	4.884	11.483	4.134
	<u>220.310</u>	<u>79.317</u>	<u>175.581</u>	<u>63.209</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(38.312)	(13.792)	(48.672)	(17.522)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(127.497)	(45.899)	(85.861)	(30.910)
Variação de SWAP	(27.925)	(10.053)	2.047	738
Provisão para fundo de pensão	(9.603)	(3.457)	(9.179)	(3.305)
Provisão para participação nos lucros	(7.992)	(2.877)	(7.970)	(2.869)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(9.164)	(3.299)	(18.359)	(6.609)
Depreciação acelerada	(20.207)	-	(20.809)	-
Outras provisões	(9.771)	(3.519)	(16.668)	(5.994)
	<u>(250.471)</u>	<u>(82.896)</u>	<u>(205.471)</u>	<u>(66.471)</u>
IRPJ e CSLL	<u>42.123</u>	<u>22.443</u>	<u>40.842</u>	<u>22.201</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(6.733)	-	(6.660)
Incentivo PAT	(1.011)	-	(981)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(99)	-	(80)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>41.013</u>	<u>15.710</u>	<u>39.781</u>	<u>15.541</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	14%	5%	14%	5%
Ativo fiscal diferido	21.653	4.150	30.718	3.567
(-) IRPJ subvenção governamental	(41.013)	-	(39.781)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>21.653</u>	<u>19.860</u>	<u>30.718</u>	<u>19.108</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>7%</u>	<u>7%</u>	<u>11%</u>	<u>7%</u>

Em 30 de setembro de 2017, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 54.684 (R\$ 54.314 em 30 de setembro de 2016).

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	100.208	115.902	92.287	115.405
Fiscais	22.529	-	21.569	-
Trabalhistas	37.359	38.301	54.876	33.828
Regulatórios	1.369	-	1.750	-
Total	161.465	154.203	170.482	149.233
Circulante	38.634	6.247	50.393	8.974
Não circulante	122.831	147.956	120.089	140.259

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 62.712 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo
Cíveis	92.287	19.919	(10.136)	(9.643)	7.781	100.208
Fiscais	21.569	-	-	-	960	22.529
Trabalhistas	54.876	13.376	(22.339)	(10.076)	1.522	37.359
Regulatórias	1.750	216	(623)	-	26	1.369
Total	170.482	33.511	(33.098)	(19.719)	10.289	161.465

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no período.
(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.173 processos cíveis (11.046 processos em 2016), sendo que 12.106 tramitam em Juizados Especiais (8.464 processos em 2016), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 340.870 (R\$ 335.678 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são devolução de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Fiscais

A Companhia figura como ré em 97 processos fiscais (95 processos em 2016) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.182 (R\$ 16.182 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.817 reclamações ajuizadas (1.863 reclamações em 2016) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam quatro ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 22 (vinte e duas) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Iniciada a fase de execução, foi

celebrado acordo nos dois processos para serem pagos na forma do plano de Recuperação Judicial, os quais foram devidamente quitados. Os processos estão aguardando arquivamento definitivo pela 6ª vara do Trabalho.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 74.425 (R\$ 78.962 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foi constituída provisão. As ações coletivas relevantes com diagnóstico possível e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias, dentre outros envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas informações trimestrais ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado no “circulante”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado no “não circulante”.

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Regulatórias

O valor corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CELPA, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

18 Valores a pagar da recuperação judicial

18.1 Composição da dívida

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Credores operacionais (a)	46.363	92.398
Encargos setoriais	11.481	36.049
Credores financeiros	1.212	-
(-) Ajuste a valor presente (b)	(18.971)	(32.038)
Total circulante	40.085	96.409
Não circulante		
Credores operacionais (a)	45.217	45.217
Encargos setoriais	-	2.658
Intragrupos	76.754	73.525
Credores financeiros (c)	1.197.073	1.180.924
(-) Ajuste a valor presente (b)	(371.673)	(389.987)
Total não circulante	947.371	912.337
Total	987.456	1.008.746

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA;
- (b) Em 30 de setembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 390.644, sendo R\$ 345.961 de empréstimos e financiamentos, R\$ 18.848 de credores operacionais, R\$ 25.712 de intragrupos, e R\$ 123 de encargos setoriais (Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 422.025, sendo R\$ 363.140 de empréstimos e financiamentos, R\$ 31.552 de credores operacionais, R\$ 26.847 de intragrupos, e R\$ 486 de encargos setoriais); e
- (c) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	30/09/2017		31/12/2016	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	40.085	4,1%	96.409	9,6%
2018	45.217	4,6%	23.457	2,3%
2019	-	0,0%	12.016	1,2%
Após 2019	1.273.827	129,0%	1.266.851	125,6%
Subtotal	1.319.044	134%	1.302.324	129%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante) ²	(371.673)	(38%)	(389.987)	(39%)
Não circulante	947.371	95,9%	912.337	90,4%
Total geral	987.456	100%	1.008.746	100%

² Para melhor análise e comparação com o período atual a companhia está apresentando os valores de ajuste a valor presente.

18.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação RJ (a)	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2017
Credores operacionais	106.064	10.287	-	-	(56.322)	12.703	72.732
Encargos setoriais	34.065	-	-	1.756	(24.826)	365	11.360
Intragrupo	46.678	-	3.229	-	-	1.134	51.041
Credores financeiros	821.939	-	43.697	(10.210)	(20.282)	17.179	852.323
Total	1.008.746	10.287	46.926	(8.454)	(101.430)	31.381	987.456

(a) A Companhia reclassificou valores antes apresentados como fornecedor.

19 Outras contas a pagar

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Adiantamentos de consumidores	29.437	36.664
ANEEL - autos de infração	3.010	11.406
Convênios de arrecadação	30.617	17.967
Encargos tarifários	9.414	6.705
Multas regulatórias	17.950	16.465
Cauções	7.592	4.671
Questionamentos tributários - CCC (a)	335.418	165.333
Outras contas a pagar	23.034	24.702
Total circulante	456.472	283.913
Não circulante		
ANEEL - autos de infração	26.835	22.274
Questionamentos tributários - CCC (a)	-	158.045
Outras contas a pagar	10.703	20.354
Total não circulante	37.538	200.673
Total	494.010	484.586

(a) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 30 de setembro de 2017 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social da Companhia subscrito em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 1.521.740 (R\$ 1.521.740 em 31 de dezembro de 2016) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100,00%

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição. As condições de direito de preferência para subscrição de ações emitidas dentro do capital são aquelas previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

20.2 Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2016	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	30/09/2017
Reserva de reavaliação	226.341	(20.405)	-	(481)	205.455
Encargo tributário	(76.956)	-	7.101	-	(69.855)
Total	149.385	(20.405)	7.101	(481)	135.600

21 Receita operacional

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

30/09/2017			
	Nº de consumidores		
	(*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.192.551	2.771.602	2.007.917
Industrial	3.967	1.132.292	275.124
Comercial	180.029	1.377.304	945.124
Rural	159.729	199.624	105.168
Poder público	19.007	384.343	336.521
Iluminação pública	487	344.277	158.120
Serviço público	2.047	188.743	32.512
Consumo próprio	229	12.217	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	92.139
Suprimento CCEE	-	-	26.193
Baixa renda	-	-	121.173
Subvenção CDE - Outros	-	-	130.067
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(27.861)
Receita de construção	-	-	601.478
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros (a)	-	-	348.350
Atualização do ativo financeiro	-	-	26.904
Outras	-	-	48.285
Total	2.558.046	6.410.402	5.227.214
30/09/2016			
	Nº de consumidores		
	(*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.062.381	2.736.427	1.835.802
Industrial	4.109	1.141.326	420.250
Comercial	175.943	1.357.742	908.785
Rural	140.357	177.024	87.891
Poder público	19.050	385.001	290.268
Iluminação pública	506	391.857	154.956
Serviço público	2.052	193.015	49.325
Consumo próprio	279	24.767	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	11.529
Subvenção CDE - Outros ³	-	-	68.036
Suprimento CCEE	-	-	133.613
Baixa renda	-	-	110.540
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(29.962)
Receita de construção	-	-	563.895
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros (a)	-	-	(1.783)
Atualização do ativo financeiro ⁴	-	-	46.191
Outras	-	-	28.936
Total	2.404.677	6.407.159	4.678.272

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de

³ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Baixa renda" para as rubricas "Subvenção CDE – Outros".

⁴ Para o período de 2017 a Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de energia elétrica	4.432.215	3.894.108
Receita de distribuição	3.794.592	3.740.118
Remuneração financeira WACC	159.206	87.737
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	348.350	(1.783)
Subvenção CDE - Outros	130.067	68.036
Suprimento de energia elétrica (b)	26.193	133.613
Receita pela disponibilidade - uso da rede	92.139	11.529
Receita de construção (c)	601.478	563.895
Atualização do ativo financeiro	26.904	46.191
Outras receitas	48.285	28.936
Receita operacional	5.227.214	4.678.272
ICMS sobre venda de energia elétrica	(882.109)	(846.211)
PIS e COFINS	(388.565)	(356.369)
Encargos do consumidor	(33.049)	(32.985)
ISS	(604)	(632)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(252.866)	(266.893)
Deduções à receita operacional	(1.557.193)	(1.503.090)
Receita operacional líquida	3.670.021	3.175.182

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado.
- (b) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. No período findo em 30 de setembro de 2017 o PLD atingiu o patamar de R\$ 521,83 elevando as despesas de curto prazo. Adicionalmente a exposição financeira gerou uma despesa em virtude da diferença entre o PLD dos submercados em relação ao PLD do Norte; e
- (c) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo em comparação com o mesmo período do ano anterior em função da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das Redes de Distribuição; Linhas de Subtransmissão e Subestações executados na área de concessão.

23 Custos do serviço e despesas operacionais

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	25.483	19.370	49.729	94.582
Material	5.769	1.300	(612)	6.457
Serviços de terceiros	80.220	107.988	88.270	276.478
Energia elétrica comprada para revenda	1.600.428	-	-	1.600.428
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	168.488	-	-	168.488
Custo de construção	601.478	-	-	601.478
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	177.593	-	177.593
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	14.747	14.747
Amortização	128.810	-	29.937	158.747
Arrendamento e aluguéis	6.093	1.960	2.901	10.954
Subvenção CCC	68.975	-	-	68.975
Outros	(1.631)	(6.640)	4.923	(3.348)
Total	2.684.113	301.571	189.895	3.175.579
30/09/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	33.619	21.754	41.973	97.346
Material	370	1.155	168	1.693
Serviços de terceiros	148.754	74.385	66.322	289.461
Energia elétrica comprada para revenda	1.434.041	-	-	1.434.041
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	114.258	-	-	114.258
Custo de construção	563.895	-	-	563.895
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	93.732	-	93.732
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	1.394	1.394
Amortização	105.594	-	42.916	148.510
Arrendamento e aluguéis	15.722	1.994	2.705	20.421
Subvenção CCC	9.373	-	-	9.373
Outros	174	(4.298)	(1.082)	(5.206)
Total	2.425.800	188.722	154.396	2.768.918

24 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia de leilão (a)	5.319	5.744	1.023.489	1.130.379
Contratos Eletronuclear	210	211	47.648	30.131
Contratos cotas de garantias (b)	2.365	2.841	144.613	121.050
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	-	-	(21.241)	52.861
Energia bilateral	-	166	-	37.607
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(704)	534.089	155.232
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	143	135	46.570	46.978
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	168.488	114.258
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(174.740)	(140.197)
Total	8.037	8.393	1.768.916	1.548.299

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) Variação decorrente das reduções contratuais realizadas através do MCSD de energia nova, bem como da redução contratual possível através dos acordos bilaterais. Outro fator foi o término de contratos oriundos dos leilões de Energia Existente em 2016;
- (b) A despesa dos contratos de cotas garantias refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. No período findo em 30 de setembro de 2017, o preço médio das cotas, se comparado com o mesmo período de 2016, tem preço valorado à média R\$ 61,14 a cada MWh;
- (c) A variação é oriunda das receitas recebida da conta da Energia de Reserva, CONER, no cenário em que o PLD está acima do preço da energia de reserva, a operação gera superávit, que é repassado para as distribuidoras. Essas receitas nos últimos meses foram maiores que a despesa com o ESS, referente aos maiores despachos térmicos para atendimento do Sistema Elétrico.
- (d) No período findo de 30 de setembro de 2017 as receitas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 206,24 por MWh; e ii) Contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo.

25 Resultado financeiro líquido

	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	74.461	80.472
Valores a receber/devolver parcela A	18.658	27.942
Acréscimo moratório de energia vendida	87.417	64.567
Variação monetária e cambial da dívida (a)	11.055	154.650
Variação monetária e cambial da caução STN ⁵	4.992	3.558
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.768)	(7.834)
Descontos obtidos	48	2.099
Juros ativos	-	6.910
Outras receitas financeiras	4.115	18.766
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	192.978	351.130
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(14.482)	(27.602)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(54.719)	(211.672)
Variação monetária e cambial da dívida (a)	(29.169)	(4.593)
Variação monetária e cambial da caução STN ⁴	(5.202)	(5.511)
Encargos da dívida	(157.037)	(102.257)
Atualização de eficientização e contingências	(23.025)	(18.781)
Multas regulatórias	(3.947)	(1.324)
Despesa financeira de AVP	(31.753)	(26.575)
Encargos com partes relacionadas	(2.265)	(22.863)
Juros passivos	(20.537)	(26.105)
Descontos concedidos	(2.915)	(740)
Outras despesas financeiras	(2.821)	(2.078)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(347.872)	(450.101)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(154.894)	(98.971)
	<hr/>	<hr/>

- (a) O principal efeito da variação cambial, é derivado da redução do dólar em 2%, saindo de R\$ 3,25 em 30 de setembro de 2016 para R\$ 3,17 em 30 de setembro de 2017; e
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *Swap*, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No período findo em 30 de setembro de 2017 tivemos despesa líquida de *Swap* no valor de R\$ 54.719, devido à queda do dólar em 2017 (veja nota a).

⁵ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores de “Variação monetária e cambial da caução STN” que estavam na rubrica “Variação monetária e cambial da dívida”.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	193.148	193.148	182.874	182.874
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	669.274	669.274	983.726	983.726
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	1.859.953	1.859.953	1.781.540	1.781.540
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	154.203	154.203	149.233	149.233
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	21.600	21.600	-	-
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Empréstimos e recebíveis	23.809	23.809	65.284	65.284
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	1.740.416	1.740.416	1.554.103	1.554.103
Total do ativo		<u>4.662.403</u>	<u>4.662.403</u>	<u>4.716.760</u>	<u>4.716.760</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	642.639	642.639	619.237	619.237
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.507.698	1.507.698	1.403.347	1.403.347
Instrumentos financeiros					
derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	26.103	26.103	90.098	90.098
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	8.539	13.596	59.306	59.306
Valores a pagar da recuperação judicial ⁶	Empréstimos e recebíveis	987.456	987.456	1.008.746	1.008.746
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	1.026.101	1.031.596	960.227	963.789
Total do passivo		<u>4.198.536</u>	<u>4.209.088</u>	<u>4.140.961</u>	<u>4.144.523</u>

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 1 na hierarquia de valor justo.

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Depósitos judiciais - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Valores a pagar da recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Debêntures - são classificadas como empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

⁶ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia para 2016 realizou a abertura da rubrica "Valores a pagar da recuperação judicial".

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

26.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 2 de fevereiro de 2019. Em 30 de setembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 561.305, sendo o saldo do Itaú liquidado no primeiro trimestre de 2017.

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
		30/09/2017	31/12/2016
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores		
Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$	-	113.773
Ponta passiva	CDI	-	(105.549)
Total		-	8.224
Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$	-	377.224
Ponta passiva	CDI	-	(475.546)
Total		-	(98.322)
CITIBANK-542MM			
Ponta ativa	US\$	570.252	-
Ponta passiva	CDI	(574.755)	-
Total		(4.503)	-
Ponta ativa ⁷	US\$	570.252	490.997
Ponta passiva ⁷	CDI	(574.755)	(581.095)
Total		(4.503)	(90.098)

⁷ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia alterou a forma de apresentação dos saldos de 31/12/2016 inserindo totalizador da ponta ativa e ponta passiva.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

Para o período de 30 de setembro de 2017 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 13 e 14.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do

ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 24,58%, de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 70,4% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 26,6% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30 de junho de 2026; E finalmente uma quarta, que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global da Companhia e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.763)	(201.179)	(400.595)	197.654	397.070
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/09/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		3,82	3,96	4,75	2,38	1,58

(v) **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vi) **Risco de taxa de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	19.125	23.907	28.688	14.344	9.563
Passivos Financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(40.804)	(50.282)	(59.760)	(31.326)	(21.848)
	SELIC	(28.386)	(34.974)	(41.563)	(21.798)	(15.210)
	TJLP	(18.202)	(22.454)	(26.707)	(13.949)	(9.696)
	IGP-M	(12.537)	(15.512)	(18.487)	(9.562)	(6.587)
	IPCA	(28.250)	(34.994)	(41.739)	(21.505)	(14.760)
Referência para ativos e passivos financeiros						
		Taxa em 30/09/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		9,01	11,26	13,51	6,75	4,50
SELIC (% 12 meses)		9,03	11,28	13,54	6,77	4,51
TJLP (% 12 meses)		7,50	9,37	11,25	5,62	3,75
IGP-M (% 12 meses)		4,01	5,02	6,02	3,01	2,01
IPCA (% 12 meses)		4,65	5,81	6,98	3,49	2,33

O Impacto da sensibilidade no resultado da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário provável	-
Cenário II	(204.451)
Cenário III	(408.905)
Cenário IV	204.454
Cenário V	408.908

(vii) *Risco de escassez de energia*

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(viii) *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas.

26.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo / dívida total

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

27 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	96.952
Seguro garantia leilão de energia	(b)	47
Automóvel	31/12/2017	(c)

(a) Apólices vigentes até janeiro de 2021.

(b) Apólices vigentes até abril de 2018.

(c) 78 veículos próprios segurados de acordo com a tabela FIPE.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de informações trimestrais e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Sônia Regina Jung

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PA